

## MUDANÇA NA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA APEMINAS

Caros associados,

Temos o prazer de lhes informar a respeito da mudança na Assessoria de Comunicação da APEMINAS. Agora, contamos com a parceria de uma agência especializada, cuja contratação já viabilizou a veiculação desse boletim semanal, a retomada do Res Publica, e em breve teremos a edição de podcasts, a disponibilização de aulas e palestras virtuais, alcançando o nosso associado em todos os recantos das Minas Gerais, com a prestação efetiva de serviços.

Fomos obrigados a absorver os reveses dessa pandemia, mas se há um aspecto que podemos considerar positivo nesse caos é o fato de que, indubitavelmente, a dicotomia entre procuradores lotados na capital e no interior perdeu seu efeito. As distâncias computadas em quilômetros, estradas e horas de voo, que antes constituíam entraves para encontros presenciais entre procuradores lotados na Capital, em Brasília, Uberlândia, Montes Claros ou Divinópolis, não mais existem. Estamos TODOS 'on-line'.

Somos obrigados a conviver com o ônus dessa pandemia, então, que ao menos desfrutemos do bônus. Vamos consolidar essa proximidade, ainda que virtual, inclusive para o futuro, cumprindo e consolidando a meta de aproximar todos os colegas.

Zoom e outras plataformas, assim como celulares, e-mail, WhatsApp, Telegram e todas demais redes sociais garantem que a nossa comunicação se estabeleça em condição de igualdade, independentemente do fato da nossa interlocução se estabelecer com um Procurador de Belo Horizonte e arredores, ou do Alto Paranaíba, da Zona da Mata, do Centro-Oeste, dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, do Triângulo Mineiro, da região do Rio Doce, do Noroeste do estado, do Centro-Oeste, do Norte ou do Sul de Minas.

Dito isso, informamos que teremos esse boletim semanal, encaminhado via e-mail para todos os associados, o qual cumpre o efeito de manter, com regularidade, informações, comunicados e notícias internas. Integrará também um clipping, que disponibilizará a visualização das publicações relevantes para a nossa carreira. Ainda teremos espaço para que os procuradores publiquem artigos de sua autoria e/ou artigos já publicados noutras mídias (os quais podem ser encaminhados para o email - acs.apeminas@gmail.com). Convite feito, aguardamos a colaboração de todos.



## O RES PUBLICA TAMBÉM MUDOU!

Noutra linha, modernizamos nosso tradicional Res Publica para o ambiente virtual, conciliando a excelência conhecida com as novas possibilidades de alcance, mas manteremos a sua trimestralidade. Estamos convictos que temos conteúdos relevantes a serem divulgados e informados aos colegas, ao Governo e à sociedade civil. Apesar das agruras que a pandemia nos impôs, verificamos, com orgulho, que a AGE/MG não parou, que os Procuradores do Estado de Minas Gerais cumpriram com eficiência o seu trabalho, trazendo resultados consistentes à sociedade, culminando com o reconhecimento da natureza essencial das 'atividades de representação judicial e extrajudicial, assessoria e consultoria jurídica', conforme restou previsto na Deliberação do Comitê Extraordinário COVID 19 nº 70, de 29 de julho de 2020.

 Equipe de comunicação da APEMINAS

## SIGAM-NOS TAMBÉM PELAS REDES SOCIAIS

### ATUALIZE SEU CADASTRO

A atualização do cadastro, solicitada pela diretoria no dia 30 de julho, é necessária para que esse diálogo se viabilize. Mantenham atualizados os seus dados (e-mail, celular, endereço com CEP e data de nascimento) pelo endereço [apeminas@apeminas.org.br](mailto:apeminas@apeminas.org.br), ou pelo telefone/WhatsApp: (31) 99987-5331.



Facebook: [facebook.com/apeminas/](https://facebook.com/apeminas/)

Instagram: [instagram.com/apeminas/](https://instagram.com/apeminas/)

Twitter: [twitter.com/apeminas](https://twitter.com/apeminas)

LinkedIn: [linkedin.com/company/apeminas](https://linkedin.com/company/apeminas)

# Reforma da Previdência na ALMG

O deputado estadual Cássio Soares (PSD), relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/20 da Reforma da Previdência na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) prometeu excluir a alíquota extraordinária que consta do projeto enviado pelo governo em seu parecer a ser apresentado na comissão especial, na qual foi nomeado relator.

O representante do governador Romeu Zema afirmou ser impossível passar uma reforma que seja benéfica para o servidor, mas garantiu que a administração estadual está sensível à questão e se esforça para diminuir os impactos da reforma para a categoria.



Cássio Soares (PSD)

Foto de Guilherme Dardanian - ALMG

“A proposta apresentada pelo governo, no meu entendimento foi um tanto dura”, disse em menção ao que classificou como prejuízos insuportáveis aos servidores públicos estaduais, frisando que a reforma é necessária, mas não a qualquer custo. Ele considerou elevadas as alíquotas extraordinárias de 13% a 19%, contemplou a possibilidade de limitá-las entre 11% e 16%, valores que dependem de um estudo de viabilidade técnica encomendado pelo presidente da ALMG, Agostinho Patrus (PV).

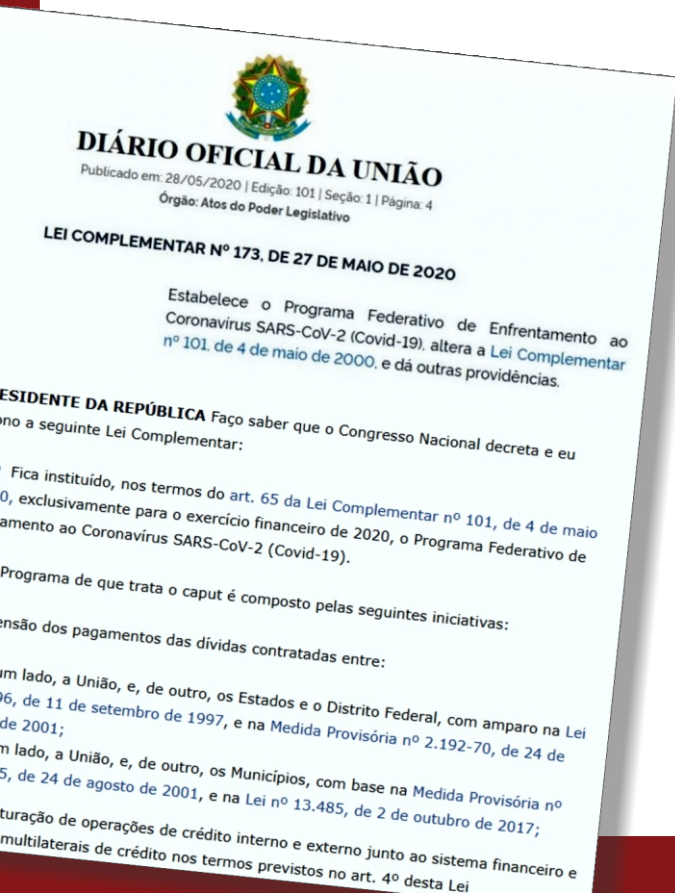
Outro ponto abordado por Soares e que, segundo ele, encontra respaldo em seus colegas, é a equiparação para homens e mulheres do acréscimo de anos para a idade mínima de aposentadoria. O projeto enviado pelo Executivo prevê que a idade mínima de homens, atualmente de 60, salte para 65, enquanto a das mulheres passe de 55 para 62.

“É injusto o de homens subir 5 anos e o de mulher subir 7 anos”, adiantou Soares, que promete fazer constar em seu relatório que a idade mínima para mulheres seja fixada em 60 anos.

Ele também prometeu abrandar as regras de transição dos servidores estaduais que estão no meio do caminho para se aposentar, sem detalhar números mas descartando o “pedágio de 100%” estipulado pelo Executivo, ou seja, uma mudança integral sem levar em conta a proporcionalidade do tempo de serviço já prestado. Soares lembrou que na proposta de âmbito federal o pedágio ficou em 50%.

“É possível fazer o que o povo espera de nós políticos, devolver em forma de resultados toda a confiança que nos foi depositada. No que depender de mim, vou continuar fazendo o melhor para nossa Minas Gerais e para os 21 milhões de mineiros e mineiras que confiam na gente”, finalizou o deputado Cássio Soares.

## ADI contra a Lei Complementar 173



A ANAPE (Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal) entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF para questionar os dispositivos da Lei Complementar 173/20, que trata do auxílio da União a Estados e Municípios. A relatoria da ADI será do ministro Alexandre de Moraes.

Durante o Conselho Deliberativo da ANAPE, realizado virtualmente, o diretor Jurídico e de Prerrogativas da associação, Carlos Frederico Braga Martins, explicou o motivo da medida. “O ajuizamento se fez necessário em virtude de a Lei Complementar ofender a autonomia dos entes federados em dispor sobre o regime jurídico de seus servidores, inclusive sobre contagem de tempo de serviço para fins de concessão de licença prêmio, anuênios, quinquênios e outros direitos da categoria”.

Segundo Martins, a ADI, autorizada na reunião anterior do Conselho Deliberativo da ANAPE, pretende suspender a eficácia dessas normas de forma cautelar, e a declaração de inconstitucionalidade entra no mérito da lei.

Em Minas Gerais, a questão não foi judicializada, sendo resolvida administrativamente por meio de um parecer exarado pelos procuradores Rafael Ferreira Toledo e Wallace Alves dos Santos, respectivamente assessor jurídico Chefe da Secretária de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) e Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica da AGE.

# Reforma previdenciária no governo

Célia Cunha Mello



Foto: YouTube / # Fala Servidor

A presidente da APEMINAS, Célia Cunha Mello, se reuniu com o secretário de Governo Igor Eto nessa terça-feira (4). A convite do governo estadual, o encontro serviu para debater as possibilidades da reforma previdenciária no estado. Eto ressaltou que a proposta advém de um impasse atuarial que precisa ser enfrentado, ainda que eximindo o servidor de qualquer responsabilidade por esse déficit.

O representante do governador Romeu Zema não escondeu ser impossível passar uma reforma que seja benéfica para o servidor, mas garantiu que a administração estadual está sensível à questão e se esforça para diminuir os impactos para a categoria.



Zema realizou pessoalmente a entrega da proposta ao presidente da Assembleia Legislativa

O procurador Flávio Germano de Sena Teixeira



## Artigo

O procurador do Estado de Pernambuco Flávio Germano de Sena Teixeira e seu filho, o advogado Flávio Germano de Sena Teixeira Júnior, membro da Comissão de Direito Administrativo da Ordem dos Advogados do Brasil, em Pernambuco (OAB-PE), publicaram nessa quinta-feira (6) o artigo **Litigância responsável e gratuidade nas ações populares e ações civis públicas**, no portal Conjur. Vale a leitura!

[>>> Acesso pelo link.](#)

## Direito Público em tempos de pandemia



O Centro de Apoio ao Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo (Cadip) publicou o **Informativo Especial Cadip - Material De Apoio Para A Seção De Direito Público** com um conjunto de notícias, artigos e decisões relacionadas à área para auxiliar os operadores do Direito em meio à excepcionalidade desses tempos.

[>>> Acesso pelo link.](#)

11/08 - DIA DO ADVOGADO

A APEMINAS cumprimenta nesta data todos os Procuradores, que exercem com zelo e eficiência a advocacia pública.



**APEMINAS**  
ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES  
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Newsletter

**APE NEWS**

Rua Espírito Santo 466 – Centro – CEP: 30140-170 – Belo Horizonte / MG  
Tel: (31) 3261-3532 - [acs.apeminas@gmail.com](mailto:acs.apeminas@gmail.com) – [www.apeminas.org.br](http://www.apeminas.org.br)

- > Produção Editorial: Mombak Comunicação Estratégica
- > Jornalista responsável: Marli Assis – MTB 5.571-JP
- > Redação: Bernardo Almeida
- > Projeto Gráfico: Alice Crepaldi